

*Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*  
**GT Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos – Foco em Crianças,  
Adolescentes e Mulheres**

**Relato - Segunda reunião de trabalho**

**Brasília, 12 de maio de 2016**

Crianças, Adolescentes e Mulheres são considerados grupos especialmente vulneráveis nas diversas fases de um grande empreendimento, na medida em que ficam mais fragilizados diante de impactos como aumento da violência urbana ou mais expostos à exploração sexual, por exemplo. Trata-se de uma especificidade ainda pouco contemplada nos procedimentos relativos a grandes obras na Amazônia. A **invisibilidade desses grupos** se dá desde a tomada de decisão sobre a implantação dos empreendimentos até a execução das medidas de mitigação e compensação.

O GT se propõe a construir conjuntamente o entendimento sobre o que são **impactos em direitos humanos**, com foco em crianças, adolescentes e mulheres, considerando-se não apenas o próprio impacto do empreendimento, mas também das medidas de remediação. Além disso, busca-se elencar e compreender as **vulnerabilidades que já existem** nos territórios e são reforçadas com esse forte vetor de transformações. O grupo pretende, assim, construir uma **matriz de responsabilidade** que, com base em impactos previamente identificados, poderá orientar políticas públicas e diretrizes empresariais em suas competências, partindo-se sempre da lógica da prevenção.

Não há hoje critérios estabelecidos sobre como o licenciamento ambiental deve incorporar direitos humanos em sua avaliação assim como as **responsabilidades dos atores envolvidos** na proteção de crianças, adolescentes e mulheres, de onde decorrem as falhas na proteção de seus direitos.

Os Princípios Orientadores da ONU Sobre Direitos Humanos e Empresas, que pautam as discussões do GT, permitem uma **ampliação da interpretação de direitos** já estabelecidos<sup>1</sup>. O Estatuto da Criança e Adolescente, por exemplo, já posiciona esse grupo como prioridade absoluta para a sociedade, e os princípios da ONU permitem interpretar que em “sociedade” há um destaque para o papel e a responsabilidade das empresas. Com relação às mulheres, a perspectiva empresarial que prevalece costuma buscar mecanismos para promoção da igualdade e combate à discriminação e à violência no interior das operações do negócio, enquanto os princípios da ONU expandem essa perspectiva para a esfera de influência das empresas nos territórios em que atuam.

O papel da sociedade civil é igualmente ressaltado e, tratando-se de sujeitos de direitos e de especialistas sobre seus territórios, entende-se que devem participar efetivamente do processo de implementação e operação para influenciar os rumos do empreendimento. Tem-se aqui um gargalo transversal aos temas discutidos nos grupos de trabalho da iniciativa *Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*, qual seja, a **participação efetiva** da sociedade e a garantia e a efetividade da consulta prévia.

O método para mapeamento dos impactos e vulnerabilidades, no âmbito deste GT, partiu de um levantamento bibliográfico e documental, um questionário respondido por diversos especialistas, somado aos resultados da primeira oficina – ocorrida em 4 de novembro de 2015. Esse trabalho resultou em uma matriz inicial sobre crianças e adolescentes, com 26 impactos e 88 vulnerabilidades, e de mulheres, com 13 impactos e 41 vulnerabilidades levantados.

Dando sequência à construção coletiva de diretrizes para grandes obras na Amazônia, o segundo encontro do GT debruçou-se sobre o primeiro rascunho da

---

<sup>1</sup> Convenções ns. 100, 111, 156, 183 da OIT, PIDESC, Convenção de Belém do Pará, Constituição Federal de 1988, Código Penal Brasileiro, Lei Maria da Penha.

matriz de responsabilidade, sobre o qual os participantes puderam contribuir respondendo às perguntas *“há outros impactos e vulnerabilidades não identificados?”* e *“o que devem fazer o Estado, as empresas e a sociedade civil para evitar os impactos negativos?”*.

Foi reforçada a importância da rede de proteção e a necessidade de capacitá-la para atuar sobre a intensificação de vulnerabilidades no contexto dos grandes empreendimentos. Aí se situa, inclusive, a responsabilidade e liderança do Estado. Entende-se que uma sociedade que não reconhece a importância da pauta de crianças, adolescentes e mulheres na instalação de grandes obras, também não será atuante na proposição e cobrança desse papel pelas empresas.

Alguns gargalos especialmente desafiadores dizem respeito ao processo de instalação do empreendimento e de cumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental. Percebe-se uma prática recorrente de revisão e repactuação de medidas sociais previamente estabelecidas, conforme demandas de ocasião de grupos e autoridades locais. Nesse contexto, e sem a inclusão de diagnósticos robustos quanto a grupos vulneráveis, as comunidades poderiam ser levadas a negociar direitos. Frisou-se ainda que, mesmo com estudos e planos qualificados, a persistência de estratégias empresariais que culminam no descumprimento de compromissos impõe riscos aos necessários avanços nessa agenda, o que deve ser rigorosamente combatido.

Quanto a aderência e aplicação efetiva das propostas a serem desenvolvidas pelo GT, o grupo ressaltou a importância da FGV e de outras instituições de ensino presentes no debate como *“células de conhecimento”*, aptas a municiar outros espaços, tais como a Agenda de Convergência para Grandes Obras e Empreendimentos, promovida pela Secretaria de Direitos Humanos, do Governo Federal. Caminhos para superação de eventuais brechas legais devem ser apontados no âmbito da auto-regulação. Para a próxima reunião, será revisada a contribuição que os Padrões de Desempenho (“PDs”) da IFC podem dar ao tema, principalmente enquanto ponte entre a linguagem de avaliação e mitigação de

impactos e a linguagem de vulnerabilidades e direitos humanos. A continuidade desse trabalho se dará no próximo encontro do GT em 23 de junho, além de consultas para a construção da matriz de responsabilidades.

## **QUEM PARTICIPOU**

Participaram da reunião: Assis Oliveira e Flávia Scabin (consultores independentes/GVCes); Marcos Dal Fabbro, Graziela Azevedo e Letícia Arthuzo (GVCes); Deusina Cruz (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS); Ariadne Santiago (doutoranda UNB); Frandson Costa (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente de Altamira – CMDCA); Frede Renero Vieira (Movimento de Atingidos por Barragens – MAB); Helena Piombini (Terra dos Homens); Konrad Huber (International Finance Corporation – IFC); Clarisse Dall Acqua (Banco Mundial); Leila Silva (Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoa da SEJUDH/PA); Lígia Neves (Itaipu Binacional); Márcia Freitas Vieira (Secretaria de Direitos Humanos – SDH); Maria Assunta Pedrosa (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB); Maílson Cruz (estudante); Russel Parry Scott (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE); Sergio Augusto Carvalho de Oliveira (Votorantim Metais); Sonia Maria dos Santos Silva (Petrobras); Vinícius Valentin Raduan Miguel (ANCED/Porto Velho).

## **Sobre a iniciativa**

*O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 50 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.*

*O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Agendas de Desenvolvimento Territorial; Instrumentos de Financiamento; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos*

*Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas; e Ordenamento Territorial e Biodiversidade.*

*Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações com alto grau de aplicabilidade. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.*

### **Quer participar?**

*Entre em contato:*

[Graziela.azevedo@fgv.br](mailto:Graziela.azevedo@fgv.br)

*(11) 3799-3502*

*Saiba mais:*

[www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia](http://www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia)